

TERRITÓRIO DO SISAL: POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Luan Barbosa Azevedo, UFBA, luan.barbosa.azevedo@gmail.com[1]
Analice Passos Costa Gramacho, UFBA, analicepcg@gmail.com[2]
Ana Cláudia do Carmo Cedraz, UFBA, claudiacedraz2009@hotmail.com[3]
Noeli Pertile, UFBA, noeli.pertile@yahoo.com.br[4]

Palavras-chave: Financiamento Agrícola; Orientação técnica; Comunidades Tradicionais.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se relaciona com os objetos do Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica intitulado "Agricultura familiar, políticas públicas e produção de alimentos na Bahia: o Território do Sisal", desenvolvido por professores e alunos de graduação e pós-graduação em Geografia e vinculado ao Grupos de Pesquisa Dinâmica Agrária e Relação Campo-Cidade e Núcleo de Estudos Regionais e Agrários (DARC-NERA), do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia - UFBA. Associado à pesquisa de uma doutoranda, objetiva "fazer o levantamento das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar no Território do Sisal, analisando a importância dos benefícios para as famílias, comunidades e o comércio local em municípios do Território do Sisal".

Para a realização desta pesquisa, foram estabelecidas duas etapas: na primeira foi feita uma rigorosa busca e análise de dados secundários (em plataformas de pesquisa Capes, Scielo

[1] Estudante de Graduação em Geografia (Bacharelado) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Pesquisador PIBIC Bolsista FAPESP.
[2] Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano (UNIFACS), Estudante de Graduação em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Pesquisadora Voluntária PIBIC.
[3] Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras (UNEB), Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFBA), Professora da Secretaria Estadual de Educação da Bahia.
[4] Doutorada em Geografia (UFSC), Professora Associada IV da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia.

e Google, sites de instituições de Ensino Superior, além das bibliotecas da UFBA e IBGE); e na segunda foi realizado a sistematização e análise de entrevistas semiestruturadas, aplicadas em trabalho de campo pela doutoranda Ana Cláudia Cedraz. Foram entrevistados moradores das Comunidades Quilombolas dos municípios de Retirolândia (Jitaí), Conceição do Coité (Maracujá), São Domingos (Vila África) e, Nordestina (Lagoa dos Bois, Fazenda Poças e Lagoa de Salinas). De posse das informações, seguiu-se a discussão e escrita final.

DISCUSSÕES

Ocupando 3,6% da área total do estado da Bahia, de 564.692 km² (BAHIA, 2007), o Território do Sisal está situado no semiárido baiano, abrangendo vinte municípios, sendo: Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente. Segundo Cedraz; Pertile (2023), o Território do Sisal também se caracteriza pela forte presença da agricultura familiar e pela grande quantidade de associações comunitárias e cooperativas responsáveis pela produção e venda de produtos da caatinga e seus derivados, com notória importância no mercado local".

Dentre as questões agrárias que permanecem no Brasil, uma delas é a histórica valorização (e escolha) da produção de monoculturas, em detrimento da diversidade produzida e representada pela agricultura familiar, o que inclui o campesinato brasileiro. Outra é a não realização de uma reforma agrária popular; temos uma estrutura fundiária extremamente desigual, cujo Índice de Gini é de 0,87 onde, por um lado, gigantescos estabelecimentos sendo muitos deles improdutivos e de outro, os minifúndios que são maioria e, muitos deles não conseguem ser o meio de produção suficiente para a família (PERTILE, 2024). Conforme o IBGE (2006), os extremos da estrutura fundiária brasileira, encontram-se os estabelecimentos rurais com menos de 10 ha que representavam 47% do total e ocupavam somente 2,7% da área; já os grandes estabelecimentos (com mais de 1.000 ha) eram apenas 0,9% e detinham mais de 43% da área, correspondendo a cerca de 330 milhões de hectares.

Estas desigualdades na estrutura fundiária também estão presentes, no Território do Sisal, lugar desta pesquisa, e somadas a elas estão as dificuldades de convivência com o clima semiárido e as consequências das históricas políticas excludentes de desenvolvimento regional. No entanto, nas últimas décadas diversas políticas públicas têm contribuído para, senão superar, pelo menos arrefecer as dificuldades pelas quais passam os pequenos agricultores camponeses da agricultura familiar, especialmente do semiárido, na Bahia. Alguns programas trouxeram contribuições para o desenvolvimento socioeconômico do semiárido, que ofereceram garantias de refeições para crianças, adolescentes e jovens em idade escolar, fomentaram tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano, animal para a produção de alimentos e promoveram a inclusão social e produtiva das famílias rurais de baixa renda).

Nesta fase inicial da pesquisa tratamos de levantar informações sobre os estabelecimentos da agricultura familiar[5] que recebem auxílios no Território do Sisal. Os dados obtidos permitiram identificar que, neste território, os agricultores familiares

[5] A Lei 11.326/2006 em seu Art. 3º, considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, e que: - não detenha área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

representam 78% dos estabelecimentos locais, equivalente a 10% dos agricultores familiares da Bahia. Destes, apenas aproximadamente 13% receberam financiamento agrícola em 2017. Segundo o Censo Agropecuário 2017, do total de 57.818 estabelecimentos (agricultura familiar ou não-familiar), apenas 5.439 recebem orientação técnica (do governo Federal, Estadual, Municipal e cooperativas), sendo que 3.354 estabelecimentos receberam orientação técnica do Governo e 891 receberam de cooperativas. Levando em conta todos os estabelecimentos que receberam orientação, temos um percentual de apenas 9,2% do total. Comparando-se estes dados com a média Nacional e Estadual, nota-se que o território ficou abaixo da média nacional e acima da média estadual. A proporção de estabelecimentos que obtiveram orientação técnica no Brasil foi de 20,21%, enquanto na Bahia foi de apenas 3,2% (IBGE/SIDRA, 2017).

Por sua vez, as entrevistas realizadas nas Comunidades Quilombolas dos municípios de Retirolândia (Jitaí), Conceição do Coité (Maracujá), São Domingos (Vila África) e Nordestina (Lagoa dos Bois, Fazenda Poças e Lagoa de Salinas) permitiram compreender melhor a realidade a partir das narrativas dos moradores das comunidades analisadas.

Os auxílios mais citados pelos moradores foram o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) - financiamento federal que custeia e investe em "implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando à geração de renda e à melhora do uso da mão de obra familiar" (BNDES, 2025) -, e, também o Seguro Safra, que "objetiva garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de Municípios sistematicamente sujeitos a perda severa de safra por razão do fenômeno da estiagem ou excesso hídrico" (BRASIL, 2025).

Alguns moradores da Comunidade Maracujá em Conceição do Coité informaram já terem recebido auxílio do Agroamigo (um programa de microfinança rural do Banco do Nordeste). Em Maracujá e Jitaí (em Conceição do Coité e Retirolândia, respectivamente) alguns entrevistados informaram que receberam orientação técnica do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) para fazer o quintal produtivo e para manejo animal.

As comunidades que se organizam coletivamente, por meio de associações e cooperativas, conseguem acessar recursos estatais com mais facilidade, como as de Jitaí e Maracujá. Esse acesso viabiliza investimentos em maquinário, infraestrutura, insumos de maior qualidade e a modernização das práticas agrícolas, contribuindo para o fortalecimento da produção local e para a geração de renda de forma mais estável durante o ano inteiro.

Por outro lado, comunidades que não possuem essa articulação, como é o caso de Vila África, localizada no município de São Domingos, enfrentam diversas barreiras para acessar o crédito rural e os subsídios governamentais. Um dos principais obstáculos é a falta de terra para o plantio, essa comunidade não possui título de posse; utilizam a beira da rodovia para os pequenos cultivos possíveis. Tal situação impossibilita o acesso a financiamentos oficiais, deixando essas populações ainda mais vulneráveis economicamente, especialmente durante os períodos de estiagem. Em Vila África, as falas dos entrevistados enfatizam a falta da terra e dos auxílios.

Sobre o acesso ao Seguro Safra, referente aos quilombos de outros municípios citados, e no período da seca, alguns entrevistados indicam como é relevante para eles essa possibilidade. A falta de acesso a benefícios como este, tornam mais duros os períodos de estiagem vivenciados na caatinga, quando muitos moradores precisam buscar outras fontes de renda, por vezes precarizadas, como a lida com o sisal; ou ainda, trabalhar em centros urbanos.

Ao promover o desenvolvimento das áreas rurais, esses recursos contribuem para a redução do êxodo rural, da desigualdade social e na dinamicidade econômica local. Assim, o investimento em políticas públicas que garantem o acesso ao crédito e à assistência técnica não é apenas uma ação de apoio à agricultura familiar, mas uma estratégia de fortalecimento da economia municipal de forma sustentável e duradoura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das dificuldades peculiares ao semiárido, o Território do Sisal se destaca pela forte presença da agricultura familiar e pela grande quantidade de associações comunitárias responsáveis pela produção e venda de produtos da caatinga e seus derivados, evidenciando a importância da produção, tanto no mercado local, quanto em outros mercados, inclusive o internacional. Além das associações, também atuam cooperativas, ongs, sindicatos e outras formas de organizações da sociedade civil que buscam o fomento e assistência aos agricultores familiares do território.

Nas entrevistas feitas na pesquisa de campo, a maioria das pessoas das comunidades visitadas, informaram receber ou já terem recebido auxílio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), seguido do Seguro Safra e do Agroamigo. Também informaram terem recebido orientação técnica do SENAR.

No entanto, conforme apresentado, pequena porcentagem dos estabelecimentos de agricultura familiar recebeu financiamento agrícola e orientação técnica, de acordo com os dados do censo agropecuário. Tal situação deixa o Território de Identidade do Sisal abaixo da média nacional, mesmo estando acima da média estadual, conforme visto. Desse modo, verifica-se que o número de estabelecimentos no Território do Sisal que recebeu financiamento e orientação técnica é muito pequeno.

Comunidades rurais em que os moradores não possuem terra, ficam isoladas dos programas de apoio, o que também limita o acesso à assistência técnica, agravando a dificuldade na implementação de práticas produtivas mais eficientes e sustentáveis e à circulação local de recursos, o que demonstra o acesso à terra como questão central para o desenvolvimento socioeconômico do campo brasileiro. Essa é a realidade da comunidade quilombola Vila África (São Domingos-BA) e, por isso, aqui destacamos a importância da luta contínua pela Reforma Agrária e pela defesa dos territórios das comunidades tradicionais.

Porém, quando ocorre a distribuição de recursos dos programas de apoio à agricultura familiar, isso contribui para a estabilidade da produção agrícola no país, e para a soberania alimentar, sobretudo em comunidades tradicionais, como as quilombolas do Território do Sisal. É, no entanto, um pequeno alento para quem tem suas terras e territórios ameaçados pelo avanço das diversas frentes do capital, como desmatamento da Caatinga, especulação imobiliária, e mineração, como é o caso das comunidades de Nordestina.

A circulação da renda proveniente do acesso aos subsídios do PRONAF e do Seguro Safra não possuem impacto apenas no cotidiano dos produtores rurais. Quando os recursos chegam às comunidades e são investidos em diversos setores, eles ativam uma cadeia econômica local mais ampla. Ou seja, contribuem, direta e indiretamente, para a melhoria da vida no município como um todo.

As próximas fases da pesquisa pretendem identificar as atuais políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar no Território do Sisal.

REFERÊNCIAS

BAHIA, Coordenação Estadual dos Territórios. Território de Identidade 04 – Sisal. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 2007.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **PRONAF** - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf. Acesso em 17 dez. 2024.

BRASIL. **Acessar o Benefício Garantia Safra**. Disponível em:https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-beneficio-garantia-safra. Acesso em 20 jan.2025.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 2006.

CEDRAZ, Ana Cláudia Do Carmo; PERTILE, Noeli. Agricultura familiar, políticas públicas e produção de alimentos no território do sisal (ba). **Anais** do XV ENANPEGE... Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível . Acesso em: 20 jan 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br. Acesso em: 17 nov. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: https://ibge.gov.br. Acesso em 10 dez. 2024

PERTILE, Noeli. **Projeto de Pesquisa do Orientador**. Salvador: Universidade Federal da Bahia-Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação, 2024.